



# PLANO ESTRATÉGICO SABUGAL 2025

## FASE 2. ENQUADRAMENTO GEOESTRATÉGICO

SETEMBRO DE 2013



**ligados à terra**

Gabinete Oliveira das Neves  
desde 1993

## ÍNDICE

### Apresentação

1. Acessibilidades e inserção nas redes de transportes.....	1
2. Políticas setoriais e temáticas .....	3
3. Instrumentos de ordenamento territorial .....	8
4. Programas e Medidas de Apoio ao Desenvolvimento .....	12
5. Tendências macroeconómicas e efeitos sobre Domínios-chave do futuro do Sabugal .....	16
6. Experiências de desenvolvimento local .....	20
7. Perceção relativa ao posicionamento do Sabugal em 2025 .....	22



## ***Apresentação***

O Enquadramento Geoestratégico corresponde a uma fase de contextualização e caracterização da envolvente externa do Concelho do Sabugal no quadro regional, nacional, ibérico e europeu, com vista a identificar o papel que o Concelho pode ambicionar desempenhar nestas diferentes dimensões territoriais e em que domínios temáticos.

A operacionalização da abordagem metodológica a esta fase do Plano, assentou no processamento de informação documental e estatística e num breve exercício de benchmarking.

As conclusões retiradas da análise efetuada são sistematizadas tendo em conta diferentes perspetivas territoriais da inserção *geoestratégica* do Concelho do Sabugal à luz das Políticas Europeias, Ibéricas, Nacionais e Regionais e percorrem os vetores-chave seguintes:

- ✓ Acessibilidades e inserção nas redes de transportes;
- ✓ Políticas setoriais e temáticas;
- ✓ Orientações e propostas de ordenamento territorial;
- ✓ Programas e medidas de apoio ao desenvolvimento;
- ✓ Tendências de evolução de domínios chave para o desenvolvimento futuro do Sabugal;
- ✓ Experiências de desenvolvimento local;
- ✓ Perceção relativa ao posicionamento do Sabugal em 2025.

### **1. Acessibilidades e inserção nas redes de transportes**

A inserção regional do Concelho do Sabugal deve ser enquadrada pelos instrumentos de planeamento e ordenamento do território nacionais e regionais em vigor, mas deve igualmente atender às condicionantes/janelas de oportunidade que constitui representadas pelo conjunto de acessibilidades que o conectam/isolam do País e da Europa.

Em termos gerais, o Concelho do Sabugal interliga-se com a envolvente próxima (sub-regional) e com a Região Centro e o Litoral português por um conjunto de vias rodoviárias caracterizadas na fase de Diagnóstico do Plano Estratégico, nomeadamente:

- EN233 entre o Sabugal e o nó de acesso à A23 no nó Guarda Sul (Barracão), via que permite a ligação à Guarda, à PLIE na Gata/Guarda, à A23 e, através desta, à A25, ligação natural a Viseu, Coimbra, Aveiro e Porto, ou seja, ao Litoral da Região Centro (abrangendo o enlace portuário da Figueira da Foz e de Aveiro) e ao coração da Área Metropolitana do Porto ;
- EN233 e a ER18-3 entre o Sabugal e Caria e nó de acesso à A23 em Caria, estabelecendo ligações fortes à Covilhã, ao Fundão e a Castelo Branco e a Lisboa e sul do País;
- EN233-3 e EN232 entre o Sabugal e a fronteira de Vilar Formoso, com ligação através da A62 a Salamanca e à Europa;
- ER324 entre o Sabugal e o Alto do Leomil, permitindo o acesso ao nó da A25 no Alto do Leomil a pouco mais de 10 quilómetros da fronteira de Vilar Formoso;
- Ligações inter-aldeias fronteiriças, nomeadamente em Aldeia da Ponte e Fóios.

Não obstante, esta densidade assinalável de conexões externas, o Concelho do Sabugal encontra-se relativamente isolado, se se atender ao perfil das vias indicadas e ao sucessivo atravessamento de núcleos urbanos que potenciam uma relativa periferação face aos grandes eixos rodoviários regionais/nacionais (A23 e A25) e internacionais (A62). Este relativo isolamento é agravado pelo traçado/regime de exploração das linhas férreas existentes:

- A Linha da Beira Alta que, embora possuindo uma estação em Cerdeira do Côa, a mesma não é servida pelos comboios internacionais, nem pelo Inter-cidades Lisboa-Vilar Formoso, possuindo duas ligações regionais diárias no sentido Guarda-Vilar Formoso e quatro no sentido inverso.
- A Linha da Beira Baixa desativada recentemente entre a Covilhã e a Guarda, o que provoca a inativação da Estação Ferroviária do Sabugal no Barracão.

As dinâmicas de desenvolvimento das acessibilidades na Região Centro, em termos sumários, pretendem integrar o conjunto de acessibilidades da Região na **Rede Transeuropeia de Transportes** (Eixo Multimodal Portugal/Espanha – Europa), afirmando o Corredor Aveiro-Salamanca enquanto elemento central na exportação de bens transacionáveis para a Europa, assentando em duas opções principais:

- Reforço do **Corredor Rodoviário Europeu E80**, no troço entre Aveiro e Valladolid (A25 em Portugal e A62 em Espanha), reforçando igualmente as ligações do Porto da Figueira da Foz a este Corredor. O Corredor E-80 é, assim, uma estrada internacional de mercadorias que atravessa a Península Ibérica para unir a costa atlântica de Portugal com a Europa Central e do Norte, interligando os portos da Figueira da Foz e de Aveiro à PLIE da Guarda, à plataforma logística Zaldesa de Salamanca e à rede de enclaves logísticos que integram o CYLOG com sede em Valladolid, prosseguindo para França, Itália, Croácia, Montenegro, Sérvia, Bulgária e Turquia.
- Consolidação da rede de transporte ferroviário de alta prestação, interligando o Porto de Aveiro (hoje já ligado por uma via férrea de via única não eletrificada às Linhas do Norte e da Beira Alta), a Salamanca e a Irun, e à Rede Transeuropeia de Transporte Ferroviário.

Esta opção estratégica fundamental de acessibilidades para a ligação ibérica e europeia da Região Centro, coloca o Concelho do Sabugal perante uma questão dilemática fundamental para a definição de uma estratégia de desenvolvimento sustentado no horizonte de 2025:

***Como integrar esta dinâmica de afirmação nacional e global da Região Centro, promovendo o desenraçamento geográfico do Concelho?***

*A resposta compreende duas vertentes fundamentais: (i) conferir prioridade à melhoria dos níveis de serviço das acessibilidades à Guarda e à A25 e Linha do Norte, mas também, a Vilar Formoso, Ciudad Rodrigo e Salamanca; e, simultaneamente, (ii) acompanhar a importância crescente que as dinâmicas de desenvolvimento do eixo da A23- Guarda-Covilhã-Fundão-Castelo Branco - assumem para o Concelho e a importância estratégica que possui o reforço das ligações transfronteiriças aos centros urbanos raianos espanhóis.*

Estas são opções que podem colocar o Sabugal numa posição de beneficiário ativo de um posicionamento geográfico balanceado na relação fronteiriça para a Europa, pela via rodoviária, e para o Atlântico percorrendo, pela via rodoferroviária, a aproximação ao mercado do Litoral Centro e Metropolitano.

## 2. Políticas setoriais e temáticas

A elaboração do Plano Estratégico do Concelho do Sabugal coincide temporalmente com o processo de definição do novo Quadro Estratégico Comum para o período 2014-2020, momento importante de reflexão e desenho das políticas de desenvolvimento a nível nacional, da Região Centro e da sub-região (NUTS III) Beiras e Serra da Estrela, que enquadram as opções a tomar a nível local, num condicionamento que constitui um desafio de largo espectro:

- por um lado, os pilares estruturantes da Estratégia Europa 2020 apresentam-se promissores para os territórios que estão “condenados” a construir argumentos de Competitividade territorial, sem descurar as respostas à necessidades de intervenção em matéria de Coesão social e territorial; e
- por outro lado, a disputa pelos melhores investimentos ocorre num cenário de restrições de financiamento (volume global dos Fundos Estruturais e constrangimentos orçamentais que condicionam a contrapartida nacional).

Tendo como base a Estratégia Europa 2020 da Comissão Europeia<sup>1</sup>, e a sua interpretação nacional constante do Acordo de Parceria, os documentos já produzidos a nível regional, permitem ter uma visão muito aproximada das opções e dos desafios que consubstanciam as estratégias de desenvolvimento sustentado para o território da Região Centro no período 2014-2020. Estas opções partem de uma postura voluntarista de **CRER no CENTRO de PORTUGAL 2020**, expressa no Documento “Plano de Ação 2014-2020 (Versão de Trabalho)” que a CCDR Centro disponibilizou no seu *Site*<sup>2</sup> e que constitui um instrumento que reflete escolhas e compromissos regionais em consolidação os quais constituem uma base de referência para ser sucessivamente utilizada na identificação prospetiva das políticas regionais setoriais.

Os objetivos orientadores propostos a nível europeu e nacional conduzem à formulação regional de um conjunto de pilares identitários e diferenciadores:

- ✓ **Uma Região Qualificada, Inovadora e Empreendedora** assente na consolidação de um verdadeiro ecossistema dinamizador da Qualidade, Inovação e Empreendedorismo, e que acredita na capacidade para construir uma Região Centro de elevado conteúdo tecnológico, apostando num trabalho em rede focalizado na **valorização económica dos**

<sup>1</sup>**Crescimento Inteligente**, desenvolvendo uma economia baseada no conhecimento e inovação; **Crescimento Sustentável**, de promoção de uma economia mais eficiente na utilização de recursos, amiga do ambiente e mais competitiva; e **Crescimento Inclusivo**, criando uma economia de alta taxa de emprego, contribuindo para a coesão social e territorial.

<sup>2</sup>[https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2554%3Aplano-de-acao-regional-2014-2020&catid=1%3Anoticias&Itemid=377&lang=pt](https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=2554%3Aplano-de-acao-regional-2014-2020&catid=1%3Anoticias&Itemid=377&lang=pt), acedido em Agosto de 2013.

*recursos e do património da Região, no reforço da coesão territorial, da coesão social e dos vetores de promoção da qualidade de vida da população e na capacitação institucional*, que introduza mecanismos vinculativos de compromisso às parcerias assumidas entre os agentes regionais, sub-regionais e locais, públicos e privados, consolidando e qualificando o seu potencial de intervenção articulada.

- ✓ **Uma Região** que valoriza a tradição e o caminho já percorrido (*Continuidade*), identificando os grandes trunfos regionais, mas que aposta na *Mudança* assente em novas lógicas de interpretação do território e na identificação dos elos em falta para dar complemento à solidez atingida nos elementos estruturantes do perfil regional.
- ✓ **Uma Região** que pretende transformar a *diversidade* territorial mas também a diversidade de dinâmicas de desenvolvimento na verdadeira essência de um potencial que se constitua como motor do desenvolvimento regional.
- ✓ **Uma Região Solidária, Inclusiva e Resiliente.**

A recentragem da estratégia de afirmação nacional e global da Região Centro em torno de um conjunto restrito de pilares permite elencar um conjunto igualmente restrito de seis **Prioridades**:

- *Sustentar e Aumentar a criação de valor*
- *Estruturar uma Rede Policêntrica de Cidades de Média Dimensão*
- *Gerar, Captar e Reter Talento*
- *Reforçar a Coesão Territorial*
- *Dar Vida e Sustentabilidade às Infraestruturas Existentes*
- *Consolidar a Capacitação Institucional.*

A concretização dos objetivos associados a estas Prioridades nucleares beneficia de um exercício de identificação seletiva de **Domínios diferenciadores** da Região Centro, dos quais se salientam, como mais relevantes para o Concelho do Sabugal, os seguintes: *Agricultura, Floresta, Turismo, TICE e Saúde e Bem-Estar*, a que se devem juntar também as questões transversais da *produção industrial sustentável*, da *eficiência energética* e da *inovação rural*, com especial interesse para o (re)posicionamento do padrão de atividades económicas do Sabugal.

A operacionalização da Estratégia de Desenvolvimento Regional enunciada materializa-se na fixação de cinco Eixos de Atuação, sendo a delimitação dos seus contornos efetuada através da definição dos respetivos objetivos gerais, e suportada por preocupações de operacionalização,

sobretudo, face ao enquadramento de financiamento dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimentos:

**Eixos de Atuação do futuro PO Centro**

- Eixo 1 – Promover a internacionalização da economia regional e a afirmação de um tecido económico resiliente, industrializado, inovador e qualificado;
- Eixo 2 – Reforçar o potencial humano e a capacitação institucional das entidades regionais;
- Eixo 3 – Fortalecer a coesão social e territorial, potenciando a diversidade e os recursos endógenos;
- Eixo 4 – Consolidar a atratividade e a qualidade de vida nos territórios;
- Eixo 5 – Afirmar a sustentabilidade dos recursos.

Entre os diferentes domínios de intervenção propostos, salientam-se os que maior relevância assumem para o desenvolvimento local:

- 1) **Competitividade e Internacionalização do Tecido Empresarial (COMPETIR)**, assente no reforço das competências, na racionalização dos processos e no incremento da produtividade, e apostando na consolidação de mecanismos alternativos, de base regional, no apoio ao financiamento e capitalização de empresas, na implementação de sistemas de incentivos especificamente direcionados para as MPME de territórios da coesão na promoção de espaços de acolhimento empresarial qualificados e competitivos, e, questão sensível para o Concelho, na potenciação da diáspora para a captação de IDE, colocando-a ao serviço da internacionalização.
- 2) **Investigação & Desenvolvimento, Inovação e Empreendedorismo (IDEIAS)** consolidando o sistema regional de apoio e dinamização do “empreendedorismo”, dinamizando a rede regional de incubadoras de empresas e a rede de espaços e dinâmicas locais de apoio à experimentação, criatividade e inovação, e apoiando a criação de núcleos, projetos e iniciativas de IDI em MPME, mas também em entidades do Terceiro Setor, ONG e Administração Pública, colocando as Instituições de Ensino Superior ao serviço do Desenvolvimento Local, Sub-Regional e Regional e implementando programas especificamente direcionados para o estímulo e reconhecimento do microempreendedorismo, do empreendedorismo associado a atividades tradicionais ou de artesanato, bem assim como de valorização de recursos endógenos, ou ainda de apostas desenvolvidas especificamente em territórios de baixa densidade promovendo, desse modo, a coesão territorial.

A existência de um ambiente favorável ao desenvolvimento da atividade económica e à captação de novos investidores constitui um dos desafios nucleares com que o Concelho do Sabugal se defronta e continuará a defrontar-se no horizonte de 2025.

O Plano Estratégico deverá apontar caminhos para que o Sabugal consiga incorporar e tirar partido de um clima regional favorável ao desenvolvimento económico, mas, também, de um território fortemente competitivo. *Nesta asserção, tirar partido significa criar um conjunto de fatores locativos que lhe permitem assumir-se regionalmente como um destino preferencial de fixação de um tecido empresarial moderno, competitivo e tecnologicamente avançado, assente nos setores de atividade já existentes, mas fazendo uma leitura pro-ativa das dinâmicas de desenvolvimento sub-regionais e potenciando a sua “centralidade raiana”.*

3) **Especialização Inteligente (ESPECIALIZAR)**, domínio de intervenção que assume particular relevância no contexto sabugalense, ao apostar na identificação de domínios diferenciadores especialmente vocacionados para a consolidação de um tecido económico resiliente, industrializado, inovador e qualificado, em práticas eficientes de utilização de energia e na inovação rural, destacando-se pela sua adequabilidade à realidade local os seguintes ramos de atividade:

**(a) A Agricultura e Floresta**, apostando na qualificação, inovação de desenvolvimento de produtos do setor primário, incluindo certificação e denominação na origem, mas também na qualificação dos agricultores, nomeadamente jovens, na organização estrutural destinada a contribuir para a remoção das dificuldades de acesso aos mercados e na dinamização de estruturas comerciais inovadoras e competitivas, em infraestruturas coletivas de rega, no incentivo ao investimento nas áreas florestais e no aproveitamento da biomassa e de sobrantes das atividades florestais.

A importância dos domínios agrícola e florestal para o desenvolvimento da Região Centro coloca ao Concelho do Sabugal a questão central de definir: *Qual o papel que o setor agrícola e florestal pode desempenhar enquanto motor de desenvolvimento local, mas também, enquanto fator de afirmação regional e de aumento dos níveis de competitividade territorial, não ignorando a vocação inclusiva e solidária que métodos de exploração agrícola de subsistência ou de complemento possuem em territórios de baixa densidade e com populações envelhecidas?*

Mas importa igualmente perceber qual o contributo local, isto é, o que fazer para que a concretização destas orientações regionais constitua o instrumento adequado

para o desenvolvimento sustentado de um setor agrícola local moderno e competitivo?

**(b) O Turismo**, assente em produtos e atividades associadas ao território, promovendo a sustentabilidade e a coesão territorial, afirmando a Região Centro enquanto Destino Sustentável, apostando no Turismo de Bem-Estar, Turismo de Natureza, Cultural, Gastronómico e Cinegético, promovendo a captação de novos investidores, consolidando as Rotas Turísticas, centradas em recursos e produtos endógenos e dinamizando iniciativas de marketing, promoção e comercialização da Região Centro.

Setor fundamental no desenvolvimento do Concelho do Sabugal, importa que, em sede de elaboração dos instrumentos do Plano Estratégico, sejam claramente identificadas as *apostas prioritárias de desenvolvimento turístico que permitam diferenciar o Concelho face a produtos turísticos concorrentes no mesmo mercado de implantação*.

**(c) As Tecnologias de Informação e Conhecimento (TICE)** pretendendo colocar as TICE ao serviço de uma economia regional sustentável e de uma Administração Pública moderna, rápida, desburocratizada, de qualidade e orientada para os utentes, bem assim como ao serviço da qualidade de vida da “Cidade do futuro”, contribuindo para a criação de uma cidade dotada de níveis elevados de inclusão social e territorial e de inovação social.

A disponibilização de infraestruturas tecnológicas de informação e conhecimento modernas, coloca-se ao Concelho do Sabugal como *um fator locativo fundamental e condicionador da maior ou menor atratividade e competitividade relativa do território face a uma Região onde cada uma das partes se assumirá enquanto destino privilegiado dos investimentos produtivos regionais*.

**(d) A Saúde e o Bem-estar** visando tornar a Região Centro uma referência nacional e internacional no que respeita ao turismo clínico e de bem-estar, através de projetos integradores centrados no “envelhecimento ativo e saudável” e apostando em nichos específicos do turismo de bem-estar, tirando partido da excelência regional disponível (termalismo, bioclimatismo, fisioterapia, ...).

A localização do Concelho do Sabugal face a centros hospitalares e estabelecimentos de ensino na área da saúde (Covilhã, Guarda e Salamanca), associada à existência de recursos termais (Cró e Águas Radium), mas também de um ambiente natural e de

paisagem de grande qualidade colocam ao território sabugalense o desafio de *Como integrar este desígnio regional na oferta de um pacote regional de valências na área da saúde e bem-estar atrativo e de elevada qualidade?*

O **Plano de Ação 2014-2020** para a Região Centro apresenta também um domínio de prioridades (**Coesão Territorial - CONVERGIR**), que se inscreve no âmbito do ordenamento do território, nomeadamente, através da aplicação de medidas de discriminação positiva para projetos de concelhos de transição e de dupla discriminação positiva para concelhos da coesão. No quadro desta Prioridade, o PAR pretende promover a valorização dos recursos endógenos e a requalificação dos lugares, no contexto de intervenções integradas que reforcem a sustentabilidade dos correspondentes espaços rurais, a dinamização de apostas concretas sustentáveis em concelhos de coesão, através da inovação social, economia social e da inovação rural, incluindo apostas em dinâmicas de proximidade e comunitária, a consideração das questões da coesão social e territorial enquanto vetores essenciais dos Planos de Ação Intermunicipais e Municipais da Região Centro. Paralelamente, pretende-se com o *leitmotiv* CONVERGIR, a obtenção de ganhos de escala e a crescente integração de estratégias de eficiência coletiva baseadas em recursos endógenos e concelhos da coesão, através de manchas geográficas com coerência temática e a consolidação das aldeias enquanto espaços únicos de afirmação da coesão territorial e da competitividade de base local.

### **3. Instrumentos de ordenamento territorial**

Em termos nacionais e regionais, diversos instrumentos de planeamento e ordenamento do território têm vindo a ser desenvolvidos dos quais, pela sua relevância para o Concelho do Sabugal, se destacam:

#### **✓ Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território**

O PNPT elenca um conjunto de propostas para a sub-região Beira Interior, destacando-se, pela sua importância para o Concelho: (i) explorar o potencial do eixo urbano estruturado pela A23 (Guarda-Covilhã-Castelo Branco), traduzindo-o num conceito de desenvolvimento policêntrico valorizador de sinergias e complementaridades num quadro estruturado de cooperação inter-urbana; (ii) explorar a posição estratégica da Guarda nos eixos rodoviários e ferroviários para o desenvolvimento de serviços logísticos e para a localização empresarial; (iii) apoiar as apostas da Covilhã de articular o pólo universitário com um pólo de localização de atividades mais intensivas em tecnologia e conhecimento; (iv) reforçar o papel de Castelo Branco na articulação com o Médio Tejo e com as regiões de Espanha, criando condições para sedear atividades orientadas

para os mercados do litoral e do interior da Península; (v) assumir uma estratégia comum de afirmação territorial e de aprofundamento da cooperação transfronteiriça e de exploração das oportunidades decorrentes da ligação a Espanha; (vi) suportar o dinamismo emergente nas pequenas vilas melhor posicionadas relativamente aos eixos de comunicação e favorecer a sua articulação com as principais cidades; (vii) promover o turismo nomeadamente nas áreas de maior valia patrimonial ou ambiental (aldeias históricas, Serra da Estrela, Vale do Côa/Vale do Douro, ...); (viii) valorizar os projetos de regadio da Cova da Beira e da campina de Idanha.

✓ **Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Norte**

O PROFBIN visa a promoção de áreas com dimensão adequada à gestão florestal rentável e a melhoria da capacidade de gestão das explorações, condições necessárias à otimização funcional dos espaços florestais assente no aproveitamento das suas potencialidades, com destaque para a dinamização da silvo-pastorícia (principalmente das raças autóctones que estão na origem de produtos de qualidade, diferenciados e com possibilidade de certificação), a valorização de setores de atividade como a pesca e a caça e a promoção da produção de produtos não lenhosos, nomeadamente o mel, os cogumelos e a castanha.

✓ **Planos de Ordenamento da Reserva Natural da Malcata e da Albufeira do Sabugal**

Estes Planos de Ordenamento definem um conjunto de normativos de regulação do uso dos solos e da água nos territórios abrangidos.

O *Plano de Ordenamento da Reserva Natural da Serra da Malcata* estabelece um conjunto de normas que têm como objetivos prioritários: a conservação da natureza, manutenção, proteção e recuperação dos habitats naturais e das populações de espécies prioritárias; a promoção do ordenamento da atividade cinegética; o apoio e fomento do desenvolvimento sustentável através da promoção das atividades económicas tradicionais de base regional (nomeadamente a produção de queijo e a apicultura) e a aplicação das medidas preventivas de redução de risco de incêndio decorrentes da aplicação da legislação em vigor.

O *Plano de Ordenamento da Albufeira do Sabugal* estabelece como prioridade a recuperação da qualidade da água para o abastecimento público da população, numa perspectiva mais lata do estabelecimento de regras tendentes à harmonização e compatibilização das atividades secundárias potenciadas pela Albufeira do Sabugal, nomeadamente nos domínios da pesca desportiva e do recreio e lazer.

✓ **Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Centro**

O PROT-Centro, ainda em fase de aprovação final, tem identificadas as principais linhas

enquadradoras das estratégias de desenvolvimento/ordenamento do território da Região Centro. Mais concretamente, no que diz respeito à sub-região Beira Interior Norte e entre as formulações propostas, salientam-se, que condicionam/alavancam as estratégias locais:

1) **Definir uma visão estratégica territorialmente diferenciada para o mundo rural**, viabilizando sistemas de ocupação e uso do solo orientados para a conservação das áreas com potencialidades produtivas, a conservação da natureza, biodiversidade e ordenamento do espaço rural, fortalecendo e valorizando as atividades e os empreendimentos agro-florestais que se revelarem viáveis e competitivos e desenvolvendo uma abordagem territorial e não setorial para o setor agro-florestal não competitivo, conduzindo a um novo modelo de políticas integradas de desenvolvimento.

2) **Organizar e valorizar o potencial para o policentrismo**, alicerçado na promoção da **articulação** entre os subsistemas regionais, reforçando o relacionamento e a conectividade entre os subsistemas do litoral e do interior e as acessibilidades intra-regionais e na dinamização do Eixo da Beira Interior, promovendo a competitividade das cidades que o integram através da requalificação urbana, do desenvolvimento de complementaridades funcionais e da criação de novas atividades associadas às respetivas especializações produtivas, reforçando o “efeito cidade” como fator dinamizador das áreas de baixa densidade, como fator relevante de coesão deste território; e o potencial do modelo policêntrico da Região em termos de política de localização de serviços públicos e de serviços avançados às empresas.

Esta formulação geral conduz a um conjunto de propostas para a Beira Interior, de que se destaca a dinamização do **Eixo da Beira Interior**: (i) promovendo a coesão das cidades que o integram através da requalificação urbana, do desenvolvimento de complementaridades funcionais e do incentivo às novas atividades associadas às respetivas especializações produtivas; (ii) reforçando as especializações do potencial competitivo de cada um dos centros urbanos (Guarda, Covilhã/Fundão e Castelo Branco), mas integrando também um grupo de pequenos centros urbanos complementares; (iii) reforçando os espaços de relacionamento transversais, nacionais e transfronteiriços; (iv) apostando no estatuto da Guarda como “porta de entrada” para a Região do Douro – Património Mundial; (v) promovendo o desencravamento geográfico, nomeadamente dos concelhos raianos; (vi) promovendo o reforço das principais cidades/centros urbanos/ /constelações urbanas, e a fixação da rede de pequenos aglomerados nas áreas em perda económica, esvaziamento e envelhecimento demográficos; (vii) garantindo um “pacote mínimo” de equipamentos,

serviços e redes de apoio social (escolar e de saúde) nos territórios de baixa densidade; e (viii) fomentando o recurso a políticas incentivadoras da produção agrícola e florestal e promovendo a melhoria da qualidade de vida e a diversificação da economia nas zonas rurais em que se verifica o maior perigo de abandono.

As novas apostas estratégicas em termos de ordenamento do território para a Região colocam ao Concelho do Sabugal um conjunto de desafios estratégicos face a um ambiente regional crescentemente competitivo, onde as lógicas de afirmação local e de aumento dos níveis de atratividade dos diferentes territórios se vão aprofundar face a lógicas de desenvolvimento do conjunto da Região Centro.

A relativa “perifericidade” do território sabugalense exige a construção de respostas a nível local, naturalmente, a concretizar em sede de revisão do PDM do Concelho e que deverão beneficiar das propostas resultantes do Plano Estratégico Sabugal 2025, designadamente interfaces relevantes do triângulo Desenvolvimento Económico/Ordenamento do Território/Programação de Redes e Sistemas de suporte, com destaque para :

- A inserção regional/posicionamento geoestratégico do Concelho, com implicações em matéria de acessibilidades rodoviárias intra e supra municipais coerentes com o suporte físico e a estrutura de usos do solo;
- A promoção do ordenamento do território prevendo e prevenindo impactes, corrigindo assimetrias, salvaguardando os valores culturais e naturais e promovendo o desenvolvimento socio-económico do Concelho, na garantia do equilíbrio e compatibilidade dos vários segmentos de ocupação, conferindo qualidade e funcionalidade ao sistema urbano local;
- O fomento de uma política de ambiente urbano, baseada na prática continuada do planeamento e da gestão urbanística como instrumentos de proteção e qualificação ambiental das áreas urbanas, segundo um modelo de “*qualidade urbana, arquitetónica e ambiental*”, que contribua para qualificar a imagem do Concelho;
- A manutenção e o reforço da capacidade do território para as atividades humanas com qualidade de vida, através da preservação dos principais sistemas naturais e da melhoria da qualidade do ambiente, tendo em vista proteger e valorizar as áreas naturais e de paisagem.

#### 4. Programas e Medidas de Apoio ao Desenvolvimento

O Quadro Estratégico Comum 2014-2020 assenta na celebração de um Acordo de Parceria e terá uma arquitetura operacional com quatro PO Temáticos Nacionais:(Competitividade e Internacionalização; Inclusão Social e Emprego; Capital Humano; e Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos), um PO por Região NUTS II.

A nível de cada Região (NUTS II) o PO Regional será composto por um conjunto de Eixos Prioritários (cf. no ponto 2 do desenho provisório do futuro POR Centro) que poderão enquadrar o financiamento de Programas de Ação ao nível das diferentes NUTS III, numa lógica de abordagens territoriais integradas para a mobilização e a aplicação dos Fundos Estruturais Comunitários, nomeadamente privilegiando a utilização de novos instrumentos: *Investimentos Territoriais Integrados (ITI)*, *Desenvolvimento Local de Base Comunitária(DLBC)* e *Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável(AIDUS)*.

A versão de trabalho do Acordo de Parceria (03/07/13) estabelece um conjunto de orientações operacionais a ter presente nas diversas **Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial**(as que interessam mais sobretudo ao desenvolvimento do Sabugal, no horizonte 2020) sendo de reter as seguintes orientações:

- ✓ *Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC)*. Promoção da concertação estratégica e operacional entre parceiros, focalizada na concretização integrada de investimentos que assegurem a produção de resultados significativos nos seguintes domínios: (i) Desenvolvimento rural, diversificação e competitividade da economia de base rural; (ii) Desenvolvimento das zonas pesqueiras e costeiras, diversificação e competitividade da economia de base pesqueira e costeira; e (iii) Promoção da inclusão social, combate à pobreza e à exclusão e desenvolvimento da inovação social.

As DLBC contribuirão especialmente para a prossecução dos seguintes objetivos temáticos do Quadro Estratégico Comum:

- Melhorar o acesso às Tecnologias da Informação e da Comunicação, bem como a sua utilização e qualidade;
- Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas dos setores agrícola, das pescas e da aquicultura;
- Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores;
- Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos;

- Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral;
- Promover a inclusão social e combater a pobreza; e
- Reforçar a capacidade institucional e uma administração pública eficiente.

O DLBC é suscetível de financiamento através do FEADER, FEAMP e FSE, complementados pelo FEDER. As correspondentes modalidades de investimentos podem incluir subsídios reembolsáveis e não reembolsáveis, bem como outros instrumentos financeiros.

- ✓ *Investimentos Territoriais Integrados (ITI)*. Promoção da concertação estratégica e operacional entre parceiros públicos, privados e associativos, de base territorial e/ou temática, empenhados e mobilizados na concretização integrada de investimentos que, assegurando a plena utilização dos recursos, das oportunidades e das potencialidades existentes, sejam especialmente focalizados na produção de resultados significativos para o crescimento e o emprego.

Os ITI serão especialmente concretizados nos territórios correspondentes a NUTS III, onde se encontram instituídas soluções de governação (envolvendo parceiros públicos, privados e associativos) com capacidades de desempenho nos domínios prioritários.

A sistematização dos ITI de base territorial deverá adicionalmente especificar a coerência com a estratégia de desenvolvimento territorial estabelecida para a respetiva NUTS III e o seu enquadramento na estratégia de desenvolvimento da NUT II, bem como as sinergias e complementaridades com as ações e investimentos dos DLBC nessa NUTS III.

As competências relativas à aprovação das estratégias de intervenção, dos contratos relativos aos programas de ação e de investimento e da aprovação e contratação do financiamento de operações não serão delegadas pelas Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais financiadores nas entidades gestoras de ITI.

As entidades gestoras de cada ITI assumem a responsabilidade da avaliação do mérito absoluto e relativo das candidaturas apresentadas bem como da sua pertinência para a concretização do Plano de Ação.

Nesta tipologia considera-se, ainda, a possibilidade de concretizar ITI noutras configurações territoriais, dirigidas a operações em domínios limitados e selecionados. Esta possibilidade, de carácter excecional, será devidamente justificada durante o processo de programação ou de execução dos Programas Operacionais, tanto no que respeita à sua configuração territorial como no que se refere aos domínios de intervenção.

- ✓ *Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável (AIDUS)*. As AIDUS pretendem estruturar operações fundamentadas e especificadas em estratégias de desenvolvimento urbano; dirigem-se a prosseguir a vocação dos ITI de base territorial em áreas urbanas, com base em estratégias de Desenvolvimento Sustentável que considerem a relevância dos sistemas urbanos na dinamização do crescimento e do emprego, da competitividade e da inovação, e também da qualidade de vida.

As AIDUS, aprovadas com base num processo de seleção concorrencial serão concretizadas com base em estratégias de desenvolvimento estabelecidas para a respetiva área urbana com o envolvimento e a participação ativa de todos os atores territoriais relevantes e pertinentes, em processos liderados pelos correspondentes Municípios. As áreas urbanas em que não forem instituídas AIDUS, poderão beneficiar de operações de promoção da atratividade e da competitividade das cidades enquadradas nas ITI do território de incidência das mesmas.

As AIDUS são suscetíveis de financiamento através do FEDER, FSE e Fundo de Coesão e a sua gestão será formalmente contratualizada com a ou as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais financiadores.

A fase ainda relativamente embrionária de elaboração dos diferentes PO Nacionais e Regionais, bem como do Programa de Ação da NUTS III Beiras e Serra da Estrela, não permite uma abordagem mais concreta dos Programas e Medidas de Apoio ao Desenvolvimento com interesse específico para o Sabugal.

No âmbito do processo de trabalho para a Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da CIM Beira e Serra da Estrela, que deverá ter como *output* a preparação de um ITI para esta sub-região a que pertence o Sabugal, o Município apresentou, em Agosto de 2013, um conjunto de contributos preliminares sob a forma de projetos estratégicos enquadrados num conjunto de vetores estratégicos de desenvolvimento refletidos para o horizonte 2020:

- (a) Reforçar a presença na Região, melhorando as acessibilidades locais e regionais;
- (b) Qualificar as redes de infraestruturas e equipamentos;
- (c) Promover a qualidade de vida e estruturar o território;
- (d) Potenciar a Modernização e Diversificação da Base Económica;
- (e) Valorizar os recursos endógenos com potencial económico, turístico e de lazer; e
- (f) Melhorar o desempenho organizacional e a qualidade do serviço prestado.

No contributo intitulado *Plano de Ação*, o Município do Sabugal estrutura um conjunto de cinco Domínios de Intervenção:

- Competitividade, Conhecimento e Inovação;
- Qualidade de Vida, Coesão Social e Bem Estar;
- Identidade, Cultura e Património;
- Ambiente, Acessibilidades e Mobilidade; e
- Governação.

A elaboração do Plano Estratégico para a NUTS III Beiras e Serra da Estrela, bem como do respetivo Programa de Ação, constitui uma oportunidade especialmente relevante para vincar a singularidade do Sabugal no contexto sub-regional e para assegurar a programação de investimentos de âmbito supra-municipal que potenciem a relação com as prioridades de financiamento, nomeadamente no quadro dos futuros Programas Operacionais (Centro e Temáticos Nacionais).

As propostas de projetos e ações a apresentar devem ser concretizáveis no enquadramento dos instrumentos de financiamento (ITI da CIM Beiras e Serra da Estrela) a figurar no PO Regional e com financiamento também em alguns PO Nacionais e de Cooperação Territorial.

Neste domínio da Cooperação Territorial, importa destacar o Plano Estratégico da Comunidade de Trabalho Beira Interior Norte – Salamanca (BINSAL) 2020 da responsabilidade da Equipa que tem coordenado projetos de Cooperação Transfronteiriça. A Tabela seguinte sistematiza as principais Área Temáticas/Linhas de Atuação Programadas.

Área Temática	Potenciais atuações
1. I+D+i. <b>CTBIN-SAL INNOVACIÓN.</b>	A) CT BIN-SAL Virtual B) Innovación Social Asociativa C) Innovación Cultural Asociativa D) Innovación Institucional
2. PYMES. <b>CTBIN –SAL EMPRENDEDURISMO</b>	A) Promoción de emprendedurismo a través de acciones tales como: B) Comercialización e Internacionalización
3. <b>MEDIO AMBIENTE. CTBIN -SAL SOSTENIBLE</b>	Acciones que consolidan, profundizan y dan continuidad a los proyectos desarrollados en el marco de la Iniciativa Comunitaria INTERREG III-A (2000-2006) y POCTEP 2007-2013. - La lucha y la prevención de Incendios forestales, protegiendo la biodiversidad de los territorios de frontera, la mayoría de ellos integrados en alguna categoría de protección: ZEPA, LIC, Red Natura 2000, Reserva de la Biosfera, etc. - Acciones destinadas a la Ordenación y protección de los recursos hídricos de la frontera BIN-SAL. - Organizar acciones que permitan el aprovechamiento y ordenación de los recursos forestales y silvícolas. - Acciones municipales de eficiencia y ahorro energético: promoción de los district heatings, adaptación de edificios municipales,

Área Temática	Potenciais atuações
	<p>sustituição do cabeado municipal, instalação de lâmparas LED, ações de formação em novos nichos de emprego relacionados com a economia verde, centrais de biomassa, geotérmica, fotovoltaica, etc.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação de um sistema de vídeo – vigilância permanente para a prevenção precoce de incêndios, aproveitando as infraestruturas já existentes</li> <li>- Ações concretas para promover e implantar sistemas de eficiência energética de edifícios e das indústrias.</li> <li>- Ações concretas para promover e implantar o uso de biocombustíveis para: o transporte, a água quente, produção de eletricidade no âmbito doméstico, etc.</li> <li>- Implementação de intervenções de apoio dirigidas a evitar o abandono da atividade agrícola – pastoril em zonas aderidas à Rede Natura 2000.</li> </ul>
<p><b>4. INCLUSÃO SOCIAL. CTBIN -SAL INCLUSIVA</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ações orientadas para a empregabilidade e o fomento da “autogestão” em matéria de colocação entre jovens do meio rural da BIN-SAL. Módulos e Talleres 2.0 diretamente realizados nos municípios rurais e destinados aos desempregados do meio rural.</li> <li>- Ações orientadas para a integração e participação ativa dos idosos da BIN-SAL através de workshops de aprendizagem das redes sociais e da internet. Promoção do envelhecimento ativo e participação na vida das comunidades rurais transfronteiriças.</li> <li>- Ações destinadas a apoiar e incentivar o desenvolvimento de serviços comunitários de proximidade dirigidos sobretudo a: idosos, pessoas em situação de incapacidade e/ou dependência, pessoas em situação de incapacidade temporária, etc.</li> <li>- Integração dos coletivos em risco de exclusão social (incapacitados, desempregados de longa duração, maiores de 45 anos, famílias mono-parentais, etc.) através de intervenções integradas de formação e aconselhamento para a procura de emprego e a criação de pequenas unidades empresariais através de diversas fórmulas: <ul style="list-style-type: none"> <li>A) Apoio a Iniciativas Locais de Emprego.</li> <li>B) Apoio às empresas de inserção.</li> <li>C) Apoio às Cooperativas Locais.</li> </ul> </li> </ul>

Na ótica/ interesse do Sabugal são de destacar algumas linhas de atuação do BINSAL 2020 que constituem oportunidades relevantes para o Concelho e os seus agentes de iniciativa:

- ✓ *Inovação:* (i) Consolidação do Centro de Desenvolvimento Transfronteiriço como unidade de referência para o desenvolvimento inovador do território a sediar no antigo edifício da Alfândega da Vilar Formoso; (ii) apoio e desenvolvimento de projetos de I+D+i, com impacto no meio rural transfronteiriço (telemedicina, teleassistência ao domicílio, formação a distância, assessoria em matéria de emprego e gestão de PME’s); (iii) cultura raiana (teatro, cinema, música, pintura, espetáculos de rua, ...).
- ✓ *Empreendedorismo:* (i) Desenvolvimento de um Plano Estratégico para criação do “Distrito Comercial Transfronteiriço” integrado por Fuentes de Oñoro-Vilar Formoso-Ciudad Rodrigo-Guarda; (ii) desenvolvimento de um mercado local transfronteiriço para

- promover o consumo regional das produções agrícolas e a comercialização de excedentes.
- ✓ *Sustentabilidade:* (i) Combate e prevenção de incêndios florestais, protegendo a biodiversidade dos territórios de fronteira; (ii) ações municipais de eficiência e poupança energética; (iii) criação de sistema de videovigilância permanente para prevenção dos incêndios, aproveitando infraestruturas; (iv) apoios dirigidos para evitar o abandono da atividade agro-pastoril em zonas com desvantagens naturais e zonas integradas na Rede Natura 2000.
  - ✓ *Inclusão:* Ações destinadas a apoiar e incentivar o desenvolvimento de serviços comunitários de proximidade dirigidos a idosos, deficientes e pessoas em situação de incapacidade temporárias.

### **5. Tendências macroeconómicas e efeitos sobre Domínios-chave do futuro do Sabugal**

As questões-chave do futuro do Sabugal, no horizonte 2025, centram-se predominantemente no desenvolvimento económico e na criação de emprego, dimensões cruciais para contornar a recessão demográfica que tem atingido os mais válidos, por sua vez indispensáveis para dinamizar a atração de investimento para o Concelho.

No horizonte de 2025, de acordo com várias fontes, perspectiva-se um crescimento marginal da economia europeia próximo de 1,0%. Este cenário de quase estagnação, resultará na persistência de elevados níveis de desemprego, na imigração de jovens e ativos de meia-idade, no agravamento das desigualdades, nomeadamente entre regiões mais e menos desenvolvidas.

As notas seguintes (adaptadas a partir dos contributos de A. Oliveira das Neves para o Estudo *Cenários Pró-ativos do Desemprego*, GEP/MTSS, 2011) procuram sistematizar uma abordagem de natureza macroeconómica ligando as variáveis-chave do consumo, investimento e comércio externo à problemática de emprego.

As tendências de evolução foram trabalhadas em dois momentos (horizonte 2020 e década de 20) e reportam a um cenário desejável que implica transformações de estrutura produtiva e dinamismo dos setores económicos abertos ao exterior, pressupostos que geram envolventes positivas para o emprego e o desenvolvimento competitivo dos territórios.

(a) *Consumo Privado*

- Relançamento do consumo privado a partir de meados da década com base na melhoria do rendimento disponível e no reajustamento do padrão de consumo das famílias, mais centrado na aquisição de bens duradouros (até 2020).
- Consolidação da retoma do consumo privado estimulada pela melhoria do nível das remunerações médias e com efeitos sobre a procura de habitação própria e de lazer induzindo novas dinâmicas económicas nas fileiras do habitat e do turismo (década de 20).

(b) *Consumo Público*

- Prolongamento do esforço de contenção dos gastos públicos com medidas de consolidação orçamental e recuo das funções do Estado, mantendo taxas de crescimento negativas do consumo público, num contexto de dificuldades persistentes de financiamento do setor público (até 2020).
- Recuperação lenta das despesas públicas, com ajustamento controlado dos salários dos funcionários e da aquisição de bens e serviços procurando satisfazer necessidades inadiáveis, nomeadamente de conservação e recuperação de instalações e equipamentos (década de 20).

(c) *Investimento*

- Deterioração das condições de financiamento do setor financeiro que prolonga as repercussões negativas sobre o volume de crédito concedido à economia, na 1ª fase. Em idêntico sentido, de retração do investimento privado, funciona o congelamento dos investimentos públicos do ciclo de infraestruturação (redes transeuropeias e transporte aéreo) e o abrandamento da procura externa dos principais parceiros.
- Relançamento do investimento público e privado, a partir de meados da década, com base na melhoria das condições de acesso ao crédito e no início de um novo ciclo de programação de fundos estruturais (2014-2020). As prioridades de financiamento às empresas, com recurso a ajudas públicas, reforçarão exigências de inovação e melhoria da capacidade competitiva dos projetos apoiados, privilegiando os investimentos orientados para a produção de bens transacionáveis (até 2020).
- Consolidação gradual dos segmentos económicos de elevado valor acrescentado, com base nos ganhos de modernização e ajustamento induzidos pelos processos de reconversão produtiva dos anos finais da década anterior. Esta evolução fará deslocar o

padrão de especialização para atividades com incorporação intensa de fatores dinâmicos de competitividade que incluem biotecnologia-alimentar, a saúde e a fileira da reabilitação urbana.

- Capacidade de atração de IDE e da reorganização de capital dos Grupos Económicos Nacionais com expressão nestas atividades “alavancando” um Cenário que contribui para absorver mão-de-obra com qualificações escolares e profissionais mais elevadas influenciando pela positiva o padrão de qualificações dos ativos empregados, num contexto em que tenderão ocorrer perdas acentuadas no segmento dos ativos com menos qualificações (década de 20).

(d) *Exportações*

- Relançamento da dinâmica exportadora, beneficiando da correção de quebras na procura internacional associadas ao prolongamento do ciclo de Grande Depressão, com especial incidência nos países que estruturam a nossa procura externa relevante.
- Resposta da procura externa favorável, na 2ª metade da década ao dinamismo do investimento produtivo nos principais ramos dos bens transacionáveis, com destaque para os que apostaram na reconversão económica (até 2020).
- Emergência e consolidação de novas capacidades produtivas competitivas resultantes dos processos de dinamização do investimento impulsionados pela atração de IDE e pela reorganização dos Grupos Económicos Nacionais dos setores de bens transacionáveis, com efeitos na expansão do potencial exportador.
- Evolução que beneficia, do lado da procura externa, de uma maior capacidade de diversificação dos mercados externos, sobretudo em direção aos BRICC e nas economias emergentes (década de 20).

(e) *Importações*

- Melhoria das condições de financiamento ao setor público e de concessão de crédito ao setor privado, a par da entrada em velocidade cruzeiro do novo ciclo de programação dos fundos estruturais, contribui para um relançamento sustentado da procura de matérias-primas, consumos intermédios e equipamentos, com impacto acentuado na procura de importações (até 2020).
- Prolongamento de um ciclo dinâmico das importações com diversificação dos setores da procura, nomeadamente para a fileira do habitat, fruto da expansão das operações de

reabilitação urbana, com componentes relevantes de material e equipamentos importados.

- Consolidação do complexo de atividades das energias renováveis que contribui para reduzir a expressão da dependência energética atenuando o défice da balança comercial via redução das importações de energias de origem fóssil (década de 20).

Os elementos-chave de evolução que poderão proporcionar ganhos de competitividade, diferenciação e inovação à produção local (com efeitos importantes sobre o valor acrescentado e a conquista de novos mercados), vão situar-se nos domínios da biotecnologia, dos materiais e das tecnologias de informação, sendo provável que alguns deles possam ter reflexos sobre produções primárias e de transformação agrícola e florestal e sobre o acesso a tecnologias sofisticadas, tornado possível a partir de locais mais remotos e menos desenvolvidos.

Neste quadro, podem ter sucesso de mercado iniciativas no âmbito do Turismo Rural dos produtos artesanais, das indústrias criativas e atividades ligadas às tecnologias de informação e comunicação, que implicam baixo investimento inicial e permitam receitas logo no início da atividade empresarial.

Outra área de desenvolvimento é a agricultura, nomeadamente, através de novas produções e procura de mercados de maior valor acrescentado, uma alternativa para muitos jovens com alguma formação e com acesso a incentivos financeiros que no próximo período de programação, deverão apoiar predominantemente o investimento nas explorações agrícolas e em produções inovadoras [marcas de origem, produtos certificados e biológicos], criando massa crítica e escala para a atração de atividades de 1ª e 2ª transformação de produtos agrícolas, pecuários e florestais, que poderão contribuir para organizar uma base industrial, reduzida mas sólida no médio prazo.

### **6. Experiências de desenvolvimento local**

Os três exemplos selecionados procuram evidenciar que é possível partir dos recursos do território e acrescentar-lhe iniciativa (com inovação) e relação com o mercado, para gerar valor e proporcionar emprego e rendimento para a população residente e atrair fluxos de investimento e de visitantes.

#### **✓ Vila Flor**

O Concelho de Vila Flor (265,52 km<sup>2</sup>) pertence à Região Norte, sub-região do Alto Trás-os-Montes, com 6.697 habitantes (2001), cerca de 2.200 dos quais residentes na sede do Concelho.A

economia de Vila Flor é baseada na agricultura, principal atividade económica e empregadora; alguns produtos com marca local têm vindo a ter sucesso no mercado, casos do azeite de Vila Flor e de uma marca de vinho espumoso.

Também se produzem em quantidade suficiente para comercialização frutas diversas (maçã, pêra, cereja, amêndoa e azeitona de conserva). Na silvicultura destacam-se a produção de cortiça, madeiras de pinho, freixo e castanho e outras espécies florestais que têm algum significado na economia local. A criação de gado é outra atividade importante, pois os rebanhos de ovinos e caprinos espalham-se por todo o concelho com zonas de excelentes pastos; em menor quantidade há também bovinos para abate.

No tocante à transformação de produtos e atividades industriais, destacam-se as estufas de cogumelos em Benlhevai já com alguma dimensão e a extração e engarrafamento de águas de Bem Saúde em Sampaio, com penetração de mercado sob a marca "Frize", pertencente ao Grupo Sumolis-Compal. Os primeiros investimentos na unidade industrial de Vila Flor foram realizados em 2002. A reabilitação da fábrica assentou na instalação de uma moderna linha de engarrafamento que permitiu duplicar a capacidade de produção para 20 milhões de litros/ano. Os investimentos permitiram ainda a construção de uma sala de enchimento branca e de um novo espaço de armazenagem. O lançamento da gama "Frize aromas" viria a implicar um investimento adicional na instalação de novos equipamentos, nomeadamente a construção de uma sala de formulação onde é realizada a adição de aromas à água gasocarbónica natural.

A grande aceitação de mercado das propostas "Frize aromas" obrigou, em 2004, a investir no aumento da capacidade de produção da unidade, com a instalação de mais uma linha de enchimento com capacidade para 40 mil garrafas de 25cl/hora, aumento com o qual esta fábrica passou a dispor de uma capacidade total para o enchimento de 65 mil garrafas de 25cl/hora. O acréscimo de produção foi acompanhado pela realização de um novo furo de captação de água para a aumentar o volume dos recursos necessários para acompanhar a dinâmica comercial da marca. Além de aproveitar um recurso endógeno, esta unidade industrial, cria uma relação comercial entre os produtores de fruta do Concelho e com um grande operador nacional, garantindo parte substancial do escoamento da produção e a criação de emprego.

#### ✓ **Abruzzo**

Abruzzo é uma das regiões menos populosas de Itália com uma população de 1,3 milhões de pessoas numa área de quase 11 mil km<sup>2</sup>; enquanto muitas outras áreas de Itália sofreram mudanças significativas ao longo do tempo, Abruzzo estagnou.

Largamente dependente da agricultura e da pecuária, sendo as principais produções azeite, vinho de mesa e culturas de primores (cenouras, batatas, espinafres, pimentos e tomate), a economia local, atualmente modesta, encontra-se em expansão devido à produção hidro-életrica e a novas vias de comunicação rodoviárias e ferroviárias, assim como aos melhoramentos significativos nas redes e tecnologias de informação e de comunicação. A agricultura, está também em transformação com a reorganização do minifúndio para cooperativas agrícolas com alguma dimensão e a introdução de novas tecnologias de produção, mudanças que levaram a um aumento das receitas da atividade dos produtores agrícolas.

No domínio do turismo, a aposta foi baseada num turismo de autenticidade com alojamentos distribuídos pelo território da Região que tem vindo a ter um bom nível de atração de turistas à procura das velhas tradições e costumes.

#### ✓ **Løgstør**

Løgstør município da Dinamarca, localizado no Condado de Nordjatlândia (região norte), detinha uma área de 218 km<sup>2</sup> e uma população de 10.364 habitantes, segundo o Censo de 2004. Com a entrada em vigor da reforma administrativa, em Janeiro de 2007, o Município foi suprimido juntamente com os municípios de Aalestrup, Farsø e Aars para dar lugar ao novo Município de Vesthimmerland (Jutlândia do Norte).

Løgstør, tal como outras áreas rurais que enfrentam problemas de marginalização e periferização numa era de globalização (onde as atenções dos Governos se centram na competitividade das regiões metropolitanas da Europa), procurou formas de melhorar a sua posição face a outras localidades, mobilizando recursos locais e utilizando ferramentas que potencialmente desenvolvam a economia e a sociedade locais.

Na maior parte dos casos, a cozinha tradicional é utilizada como aspeto distintivo das diversas localidades rurais e como marca territorial, associada frequentemente a festivais gastronómicos e culturais; no caso de Løgstør, o Festival dos Mexilhões tem induzido alguma visibilidade na Região e no País.

### **7. Perceção relativa ao posicionamento do Sabugal em 2025**

O *Diagnóstico Estratégico do Concelho do Sabugal* sistematizou um conjunto de desafios para os quais importa encontrar respostas no horizonte 2014-2025, designadamente articulando contributos que enquadrem um triplo objetivo já identificado:

- Construção de um território marcado por formas de estruturação espacial, integração económica e coesão social, catalisadoras de uma identidade forte e singular, tendo por base

de partida a escala municipal, respondendo à possibilidade de mobilizar recursos financeiros para financiar projetos e ações, na esfera urbana e na esfera rural, globalmente contributivos para a promoção do desenvolvimento do Concelho.

- Progressiva afirmação do Concelho no contexto regional, transfronteiriço e nacional pela via do seu potencial locativo e das complementaridades que desenvolve com os restantes municípios, resultante da ideia segundo a qual os concelhos da Beira Interior têm vantagem em aprofundar as sinergias para negociar com as tutelas regionais e setoriais a realização de investimentos estratégicos que permitam valorizar mais intensamente os recursos e potencialidades existentes e para organizar a promoção conjunta desses recursos e vantagens naturais (o Programa Estratégico da NUTS III Beiras e Serra da Estrela).
- Reforço da visibilidade externa do Concelho do Sabugal a partir de uma maior permeabilidade territorial assente em acessibilidades físicas e imateriais, na preservação e qualificação dos valores naturais e patrimoniais, assegurando condições de participação qualificada das diversas entidades e instituições em instâncias de negociação institucional nos planos regional, nacional e transfronteiriço.

Deste modo, reafirma-se uma visão ambiciosa, mas realista, do futuro próximo do Concelho e da capacidade de os diferentes atores, públicos, associativos e privados, inverterem/corrigirem as debilidades detetadas, permitindo perspetivar para 2025 um Cenário com os seguintes contornos:

**Um Concelho plenamente inserido no seu “*espaço vital*”**, isto é um território que se realiza e afirma em contextos territoriais de níveis distintos:

- (i) Sabugal parceiro ativo e determinante no seio da Comunidade Urbana das Beiras e Serra da Estrela, na sua dupla relação nacional e ibérica, mas também sabendo encontrar caminhos comuns com Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo e Penamacor de aprofundamento conjunto das relações raianas;
- (ii) Sabugal dotado de ligações físicas de qualidade ao Arco Urbano do Centro Interior (AUCI), constituído pelas cidades da Guarda, Covilhã, Fundão e Castelo Branco, numa lógica de desenvolvimento integrado no núcleo líder do desenvolvimento nas Beiras do interior; e
- (iii) Sabugal integrando processos regionais e dinamizadores de uma nova centralidade entre o Litoral português e as regiões centrais de Espanha, desenvolvendo relações de complementaridade e relações eficientes de dependência funcional entre os diferentes centros urbanos portugueses e espanhóis.

Em síntese, percebe-se um Sabugal que se **afirma num contexto regional**, plenamente integrado nas dinâmicas de desenvolvimento regional, **parceiro dinâmico e competitivo a nível regional** e que trabalha para empreender:

- ✓ **Um Concelho sustentável do ponto de vista demográfico**, isto é, um território que soube ultrapassar as tendências regressivas da população residente (envelhecimento e diminuição global da população), bem como as tendências e desertificação de grandes manchas do território, invertendo/minimizando fenómenos emergentes de coesão territorial, decorrentes de dinâmicas de concentração da população nos principais núcleos urbanos do Concelho onde existem serviços e amenidades disponíveis.
- ✓ **Um Concelho economicamente sustentável**, assente num conjunto de pilares fundamentais:
  - **Cadeia de valor rural moderna e competitiva**, apostando num setor agrícola que combina a *floresta*, os *setores agropecuário e silvo-pastoril*, a *produção de produtos endógenos*(castanha, mel, cogumelos, ervas aromáticas e medicinais, ...), a *aquacultura*, as *atividades cinegéticas e de pesca desportiva* e valorização energética da *biomassa*, dinamizando igualmente **processos de certificação de produtos tradicionais** e desenvolvendo um **setor agroindustrial de transformação animal**.
  - **Tecido empresarial forte e competitivo**, tirando partido da afirmação do **setor agro-industrial de transformação animal**, da potenciação da **fileira energética** e mantendo uma postura voluntarista e pró-ativa de captação de novos investimentos e de integração no **Sistema Regional para a Inovação Empresarial e das Redes para a Criação de Conhecimento e Tecnologia, Transferência de Tecnologia e Apoio Tecnológico**, igualmente assente numa população ativa qualificada e num ambiente tecnologicamente moderno e competitivo.
  - **Setor turístico** tirando partido das potencialidades endógenas e apostando em áreas como a **Saúde e Bem Estar**, a **Água**, a **Natureza**(potenciando a valorização do património constituído pelo Rio Côa e pela Reserva Natural da Serra da Malcata), a **Cultura e Património**, a **Identidade**, afirmando o Concelho enquanto destino turístico da Região Centro, mas também integrando a importância das 2ª gerações da Diáspora.
- ✓ **Um Concelho social e territorialmente coeso**, oferecendo níveis elevados de qualidade de vida inclusiva à sua população (também base da captação de novos residentes),

promovendo um desenvolvimento equilibrado da totalidade do território, assente num sistema urbano coerente e coeso, mas igualmente potenciador da afirmação regional da Cidade do Sabugal enquanto pólo do sistema urbano policêntrico da Região Centro.

- ✓ **Um Concelho ambientalmente sustentável**, garantindo o correto ordenamento do território, a conservação e valorização dos ecossistemas principais e a salvaguarda da estrutura ecológica, nomeadamente nos territórios que integram o Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC), a utilização eficiente das diferentes formas de energia, com recurso às formas de produção de energias renováveis, mas também, a requalificação do património histórico concelhio, material e imaterial, e a garantia da qualidade do ambiente urbano.